

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2023

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC E PORTO E DAMO ADVOGADOS ASSOCIADOS.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.805.961/0001-38, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representada por seu Presidente, Senhor **JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI**, doravante denominado **CONTRATANTE** e **PORTO E DAMO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº -21.647.758/0001-96, estabelecida na Avenida Getúlio Dornelles Vargas, nº 870-N, Edifício Central Park, sala 11, centro de Chapecó(SC), por seu Sócio-Administrador, Senhor **FABIANO PORTO**, brasileiro, convivente em União Estável, advogado, inscrito na OAB/SC, sob o nº 17.762, doravante simplesmente **CONTRATADA**, celebram o presente instrumento de acordo com a Lei 14.039 de 17 de agosto de 2020, art. 3-A da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB) e com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato Administrativo tem por objeto a prestação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC e às Procuradorias Municipais, compreendendo: a) orientações técnicas e jurídicas à Secretaria Executiva e aos Departamentos internos da Associação; b) elaboração de pareceres jurídicos acerca de assuntos de interesse da AMOSC; c) elaboração/análise de minutas de editais, minutas de projetos de leis, minutas de contratos e demais atos normativos expedidos pela AMOSC; d) repasse de informações aos Prefeitos e aos Procuradores Municipais acerca de assuntos de interesse dos Municípios Associados; e) manifestação/resposta aos órgãos e entidades requisitantes; f) ajuizamento de ações judiciais, em qualquer foro ou instância, em pleitos de interesse da AMOSC ou contestação das ações propostas em seu desfavor.

1.2 Os serviços contratados serão prestados **exclusivamente pelo advogado FABIANO PORTO (OAB/SC 17.762)**, acima qualificado, na sede da **CONTRATANTE**, no período matutino, eventualmente à distância ou em viagens autorizadas, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 12h, perfazendo uma jornada diária de 4 (quatro) ou 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços descritos na Cláusula Primeira, o valor de R\$ 8.000,00(Oito mil reais) mensais.

2.2 A Nota Fiscal relativa a prestação dos serviços deverá ser entregue até o último dia de cada mês.

2.3 O pagamento deverá efetuado até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante depósito no SICOOB ADVOCACIA, Banco: 756, Agencia: 3326, Conta Corrente: 216.477-9, Titular: PORTO E DAMO ADVOGADOS ASSOCIADOS, PIX/CNPJ – 21.647.758/0001-96.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 O presente Contrato Administrativo vigorará pelo prazo de até 12(doze) meses a partir da assinatura do presente instrumento podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, desde que essa seja à vontade das duas partes, limitado a 60 (sessenta) meses, com manifestação por escrito e nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1 O valor contratado não será objeto de reajuste antes de 12 (doze) meses de vigência, salvo para manter o equilíbrio econômico-financeiro da proposta.

4.2 Ocorrendo a prorrogação do prazo contratual, nos termos da cláusula anterior, aplicar-se-á ao valor pactuado o INPC acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores a data da celebração do presente instrumento.

CLAUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 O valor ofertado na proposta poderá ser revisto, desde que devidamente requerido, demonstrado através de planilha, plenamente justificado e aprovado pela AMOSC, em conformidade com o disposto no art. 65, II, “d”, da lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) efetuar o pagamento do valor pactuado no prazo estabelecido neste contrato;
- b) disponibilizar espaço físico, mobiliário, microcomputador com acesso à internet e materiais de expediente necessários à execução dos serviços;
- c) prestar ao advogado da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente sejam solicitados, especificando os detalhes necessários para a perfeita execução

- do serviço contratado e a forma de como deve ser entregue;
- d) supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços, objeto do presente contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA de cumprir as obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
 - e) autorizar o deslocamento do advogado da CONTRATADA, o uso de veículo e o ressarcimento das despesas realizadas em razão da representação fora da sua sede;
 - f) manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, especialmente sobre a aplicação de sanções, alterações e repactuações do referido contrato;
 - g) comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
 - h) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA obriga-se a:

- a) iniciar a prestação dos serviços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da assinatura do presente instrumento;
- b) cumprir com zelo os serviços contratados;
- c) não utilizar o nome da CONTRATANTE em quaisquer atividades de divulgação de sua profissão;
- d) ressarcir os danos causados em razão do descumprimento das obrigações contratuais, exceto por fatores alheios a sua vontade;
- e) pagar os tributos federais, estaduais e municipais, encargos sociais e as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação de serviços;
- f) cumprir as normas editadas pela CONTRATANTE, desde que não sejam ilegais e nem contrárias às cláusulas acordadas neste instrumento;
- g) tratar como confidenciais as informações recebidas e os dados pertencentes à CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros;
- h) não se pronunciar perante os órgãos de imprensa sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da CONTRATANTE, sob pena de imediata denúncia do contrato e aplicação da multa de 10% (dez por cento) incidentes sobre o valor total do Contrato;
- i) não transferir, ceder ou substabelecer a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidas neste contrato, que possui caráter personalíssimo com o advogado Fabiano Porto (OAB/SC 17.762), sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa de 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor total do contrato;
- j) prestar contas das despesas de viagens autorizadas para fora da sede da CONTRATANTE,

assim como das despesas realizadas em razão da execução do presente Contrato Administrativo;

k) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

l) manter comunicação com a CONTRATANTE, sempre que necessário, a fim de dirimir quaisquer dúvidas e solicitar instruções que, por qualquer motivo, exijam decisões ou providências cabíveis;

m) encaminhar a Nota Fiscal relativa aos serviços prestados até o último dia de cada mês.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

8.1 A alteração do presente instrumento, observada a iniciativa da parte denunciante, deverá seguir os dispositivos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das sanções legais previstas no art. 87 do mesmo diploma legal.

9.1.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da AMOSC nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato;

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo de rescisão contratual; e

c) judicial, nos termos da legislação.

9.3 A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 De conformidade com o § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) devolução de garantia, se houver;

b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) pagamento do custo de desmobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente contrato, seja parcial ou total, ensejará à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar junto à AMOSC e com os municípios consorciados;
- c) Declaração de Inidoneidade.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A fiscalização do presente contrato fica sob a responsabilidade da Secretaria Executiva da AMOSC, com a incumbência de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.2 Compete à Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- a) solicitar à CONTRATADA as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) encaminhar ao setor financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes a pagamento.
- c) anotar em livro próprio as ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato, notificando e advertindo a CONTRATADA de tudo o que for constatado;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

12.1 As despesas do presente Contrato Administrativo correrão por conta do orçamento da AMOSC, aprovado para o exercício de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 O presente contrato não gerará vínculo empregatício, sob hipótese alguma, entre a CONTRATANTE e o advogado da CONTRATADA.

13.2 Qualquer comunicação entre as partes, com relação a assuntos estabelecidos neste contrato, serão formalizados por escrito, em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

13.3 A CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer

cláusulas e condições contratuais, o pagamento proporcional dos serviços efetivamente realizados.

13.4 As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

13.5 As partes se comprometem em não comunicar, revelar ou disponibilizar para terceiros, copiar ou utilizar para si ou para outrem, nem permitir que terceiros copiem ou utilizem direta ou indiretamente, no todo ou em parte, as informações confidenciais, salvo se autorizada por escrito pela outra parte.

13.6 O caráter de confidencialidade das informações perdurará mesmo após o encerramento deste contrato.

13.7 A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, ainda que em função de reestruturação societária, fusão, cisão e incorporação, os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento, inclusive, seus créditos, sem a prévia e expressa autorização da AMOSC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Chapecó, 10 de abril de 2023.

JULCIMAR
ANTONIO
LORENZETTI:
95091890904

Assinado digitalmente por JULCIMAR ANTONIO
LORENZETTI:95091890904
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM
BRANCO), OU=14030336000101, OU=presencial,
CN=JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI:95091890904
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023.04.12 11:21:19-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO
OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC
Julcimar Antônio Lorenzetti
Presidente

FABIANO
PORTO

Assinado de forma digital
por FABIANO PORTO
Dados: 2023.04.12
14:38:35 -03'00'

PORTO E DAMO ADVOGADOS ASSOCIADOS
Fabiano Porto
Advogado – OAB/SC 17.762

CIRO ANTONIO CELLI
DAMO

Assinado de forma digital por
CIRO ANTONIO CELLI DAMO
Dados: 2023.04.12 13:41:43 -03'00'

Ciro Antônio Celli Damo- OAB/SC 22.643
Sócio Porto e Damo Advogados Associados